



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
SEÇÃO DE CONVÊNIOS DA SGC - CONV

Av. Padre Humberto Pietrogrande, Nº 3509 - Bairro São Raimundo - Prédio Administrativo 2º Andar - CEP 64075-065
Teresina - PI - www.tjpi.jus.br

Convênio Nº 19/2022 - PJPI/TJPI/PRESIDENCIA/SECGER/SGC/CONV

CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O SINDICATO DOS OFICIAIS DE JUSTIÇA E AVALIADORES DO ESTADO DO PIAUÍ - SINDOJUS/PI e o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ

Processo SEI nº 22.0.000125599-5

O **Sindicato dos Oficiais de Justiça e Avaliadores do Estado do Piauí**, doravante denominado **SINDOJUS**, CNPJ nº 63.325.880/0001-96, com sede na Rua Mato Grosso, 415, norte, bairro Cabral, Teresina-PI, neste instrumento representado por seu Diretor Presidente **CARLOS HENRIQUE BEZERRA SALES**, e o **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ**, doravante denominado **TJPI**, com endereço na Avenida Padre Humberto Pietrogrande, Nº 3509, São Raimundo, CEP 64.075-065 - Teresina-PI, neste instrumento representado por sua Presidente, Desembargador **HILO DE ALMEIDA SOUSA**, resolvem contratar o presente Convênio, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O presente convênio tem como objetivo a promoção de descontos facultativos em folha de pagamento, no limite máximo de 30%, estipulado no Art. 11 da Portaria 599/2007, dos valores devidos pelos beneficiários, a título de mensalidade de filiação, despesas com plano de saúde, outras despesas devidamente comprovadas e autorizadas, relativas a servidores do TJPI e sindicalizados no SINDOJUS-PI, na forma de consignação. Ressalte-se que tais despesas devem estar em consonância com a legislação, não sendo admitidas despesas que fogem da competência da entidade sindical.

1.2 O SINDOJUS-PI é uma entidade civil sem fins lucrativos, na condição de entidade representativa dos servidores/sindicalizados, está afinada com o Art. 8º da CF, e outros ordenamentos jurídicos.

1.3 O presente convênio é o instrumento legal para formalizar o desconto em folha de pagamento do servidor/sindicalizado.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA OPERACIONALIZAÇÃO

2.1 O TJPI fará o desconto informado, com prazo suficiente para os devidos lançamentos em folha, através de ofício enviado pelo SINDOJUS-PI, com informação do nome, matrícula e valor individual de cada servidor/sindicalizado.

2.2 O valor descontado será repassado para a conta do SINDOJUS-PI, agência 4025, operação 003, conta corrente 00000020-7, Caixa Econômica Federal, ou outra conta do sindicato informada no ato de requerimento do desconto.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA OBRIGAÇÃO DAS PARTES

3.1 Cabe ao TJPI:

- a) Disponibilizar, mensalmente, relatório dos sindicalizados, sem necessidade de requerimento.
- b) Dispensar a necessidade de envio de cópia do convênio pactuado entre o SINDOJUS-P e as empresas conveniadas.
- c) Fazer o repasse do valor descontado para a conta do SINDOJUS-PI, agência 4025, operação 003, conta corrente 00000020-7, Caixa Econômica Federal, ou outra conta do sindicato informada no ato de requerimento do desconto.

3.2 Cabe ao o SINDOJUS-PI:

- a) Solicitar a necessária autorização dos servidores/sindicalizados para que o desconto seja efetivado.
- b) Oficiar ao TJPI, o nome, a matrícula e o valor referente a cada servidor/sindicalizado do SINDOJUS-PI.
- c) Gerenciar bem os recursos advindos dos servidores/sindicalizados, não gerando nenhuma responsabilidade civil e nem administrativa para o TRIBUNAL DE JUSTIÇA.
- d) Fazer o repasse do valor descontado da folha de pagamento do servidor/associado para pagamento das empresas conveniadas com o SINDOJUS-PI.

PARÁGRAFO ÚNICO

1. O SINDOJUS-PI não pode utilizar a marca e nem o nome do TRIBUNAL DE JUSTIÇA a qualquer pretexto, sem autorização formal e escrita.
2. Em caso de insuficiência de saldo ou quaisquer outras ocorrências que impossibilite o devido desconto, como demissão, exoneração, aposentadoria, morte, término de contrato, rescisão contratual e licença sem vencimento, o TRIBUNAL DE JUSTIÇA não terá nenhuma responsabilidade, sendo cientificada da ocorrência ao SINDOJUS-PI.
3. O SINDOJUS-PI é o única responsável pela correção dos valores informados para descontos.

CLÁUSULA QUARTA – DAS RESPONSABILIDADES

O beneficiário será o responsável pelo adimplemento dos valores correspondentes ao objeto deste Convênio, bem como penalidades oriundas de eventuais atrasos nos pagamentos, não sendo transferida ao TRIBUNAL DE JUSTIÇA qualquer responsabilidade quanto ao cumprimento destas obrigações.

A consignação em folha de pagamento não implica em co-responsabilidade do TRIBUNAL DE JUSTIÇA, por dívidas ou compromissos de natureza pecuniária, assumidos pelo magistrado, servidor ou pensionista do TRIBUNAL DE JUSTIÇA.

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA executará, mensalmente, descontos em folha de pagamento, referentes aos valores assumidos pelos beneficiários, repassando para o SINDOJUS-PI, logo após a efetivação do desconto da folha do servidor/associado, desde que autorizado pelo servidor beneficiário do convênio.

CLÁUSULA QUINTA - DO PROCESSAMENTO

No processamento da folha de pagamento não serão permitidos ressarcimentos, compensações, encontros de contas ou acertos financeiros entre entidades consignatárias e servidores ou pensionistas que impliquem em créditos para estes.

CLÁUSULA SEXTA - DA PUBLICAÇÃO

O Tribunal de Justiça conveniente providenciará a publicação do extrato deste Convênio, na forma e para os fins da lei.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS BENEFICIÁRIOS

São beneficiários do Convênio os servidores do TRIBUNAL DE JUSTIÇA associados ao SINDOJUS-PI.

CLÁUSULA OITAVA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O prazo de vigência será de 60(sessenta) meses, com termo inicial na sua assinatura.

PARÁGRAFO ÚNICO – DAS ALTERAÇÕES

O Convênio, em qualquer época de sua vigência, poderá ser alterado ou prorrogado por expressa manifestação dos convenientes, mediante Termo Aditivo.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO

Este Convênio poderá ser rescindido, no todo ou parte, por mútuo entendimento ou pela superveniência de fatos ou normas legais que o tornem materialmente impossível.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

As partes elegem o Foro da Justiça Estadual em Teresina como competente para dirimir quaisquer dúvidas ou demandas oriundas do presente instrumento, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais

privilegiado que seja.

E assim, firmam o presente instrumento, em 3(três) laudas e 2(duas) vias de igual teor, na presença de duas testemunhas que também o subscrevem.

Desembargador **HILO DE ALMEIDA SOUSA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí

CARLOS HENRIQUE BEZERRA SALES
Presidente do SINDOJUS-PI



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Henrique Bezerra Sales, Servidor TJPI**, em 17/01/2023, às 11:22, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Hilo de Almeida Sousa, Presidente**, em 23/01/2023, às 10:52, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.tjpi.jus.br/verificar.php> informando o código verificador **3893181** e o código CRC **5C32D9F4**.